

## FICHA 4

# LIBERTAÇÃO DE ORÇAMENTO NÃO EXECUTADO

### 1. LIBERTAÇÃO DE ORÇAMENTO NÃO EXECUTADO

Nesta secção expõe-se o critério para a determinação da execução mínima de 80% da despesa programada numa anualidade.

Assim, quando as Bases das Convocatórias estabeleçam que cada beneficiário deve cumprir uma **execução mínima de 80%** do seu orçamento anual aprovado, e que se não for cumprido se libertará automaticamente a diferença de ajuda FEDER entre estes 80% e a execução real, dever-se-á ter em conta o seguinte:

- ✓ Toda a despesa da anualidade N deverá estar incluída numa Certificação de Operação (CO) assinada e enviada, o mais tardar, **antes de 30 de abril** do exercício N+1. Caso contrário, poder-se-á entender que o beneficiário não tem mais execução dessa anualidade e proceder-se-á à libertação automática.
- ✓ Depois de revista a CO pelo SC e determinads a despesa finalmente elegível:
  - Se a execução do orçamento da anualidade N do beneficiário se encontrar entre 80 e 100%, a parte não executada será transferida automaticamente para o exercício seguinte em proporção ao não executado em cada categoria de despesa, criando o SC uma nova versão da operação na plataforma *Interreg (ambiente CoFFEE)* com o novo orçamento anual;
  - Se a execução do beneficiário for inferior a 80%, a diferença entre estes 80% e a execução real será libertada automaticamente (isto é, descomprometer-se-á), enquanto os 20% restantes serão transferidos para o exercício seguinte em proporção ao não executado em cada categoria de despesa. O SC criará uma nova versão da operação na plataforma *Interreg (ambiente CoFFEE)* com o novo orçamento do beneficiário e atualizar-se-á o Acordo AG BP.

Exemplo: suponhamos que o beneficiário XXXtem aprovado um orçamento de 100.000 € distribuído por anualidades da seguinte forma:

ANO	DESPESA APROVADA
2024	70.000 €
2025	30.000 €
TOTAL	100.000 €

ANO	OBJETIVO A CUMPRIR
2024 (80%)	56.000 €
2025 (80%)	24.000 €
TOTAL	80.000 €

O beneficiário executa em 2024 um total de 60.000 €, embora no controlo do primeiro nível lhe retirem 10.000 €, de forma que a sua despesa elegível final da anualidade 2024, incluída numa CO assinada e enviada ao SC antes de 30 de abril de 2025, só ascende a 50.000 € de despesa elegível.

O beneficiário deveria ter cumprido com uma execução mínima de 80% de 70.000 €, isto é, 56.000 €, e a sua execução foi de 50.000 €. Dos 20.000 € não executados:

- 6.000 € (56.000 € - 50.000 €) são descomprometidos automaticamente e são deduzidos do FEDER aprovado ao beneficiário, de forma que o seu novo orçamento global na operação será agora de 94.000 € (despesa elegível).
- 14.000 € (70.000 € x 20%) do orçamento da anualidade 2024 passam automaticamente à anualidade de 2025.

O SC criará uma nova versão no *Interreg (ambiente CoFFEE)* da operação com o orçamento modificado do beneficiário:

<b>ANO</b>	<b>ORÇAMENTO ATUALIZADO</b>
2024	50.000 €
2025	44.000 €
TOTAL	94.000 €